



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA

CAMPUS: GOIABEIRAS					
CURSO: ARQUIVOLOGIA			2017/1		
DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA					
PROFESSOR RESPONSÁVEL: ANDRE MALVERDES					
CÓDIGO	DISCIPLINA			PRÉ-REQUISITO	
ARV04416	Legislação sobre guarda de documentos			Gestão de Documentos I	
CRÉDITO	CARGA HORÁRIA TOTAL	DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA			
		TEÓRICA	EXERCÍCIO	LABORATÓRIO	SEMANTAL
4	60h	40h	16h	4h	4h

EMENTA (Tópicos que caracterizam as unidades dos programas de ensino)

A legislação brasileira no que concerne aos prazos prescricionais e decadência de documentos.

OBJETIVOS (Ao término da disciplina o aluno deverá ser capaz de:)

- Geral: Desenvolver uma postura de constante indagação, reflexão e busca de soluções para os desafios que atravessam a prática arquivística, tomando como referência para isso linguagens e conceitos próprios da Arquivologia, com ênfase nas políticas públicas de arquivo/informação e na legislação arquivística brasileira.
- Específicos: * Identificar as principais leis, decretos e parâmetros legais sobre prazos prescricionais e precautionais, deslocando a reflexão para a questão do sigilo e do acesso aos documentos arquivísticos.
* Conhecer os desafios enfrentados pelo profissional no que se refere à política e legislação arquivística.
* Desenvolver uma postura crítica frente às políticas públicas de informação e a legislação arquivística.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I: Políticas públicas de arquivo/informação e legislação arquivística brasileira.

Unidade II: A legislação arquivística aplicada à administração pública.

METODOLOGIA

Os conteúdos e práticas implicados na disciplina serão abordados através de:

1. Aulas expositivas;
2. Levantamento de informações a respeito da temática selecionada para os exercícios;
3. Leitura e discussão de textos da bibliografia básica selecionada a partir da definição da temática a ser abordada no curso;
4. Produção de textos e trabalho final de caráter interdisciplinar (os quais se desenvolverão de forma articulada às disciplinas de conteúdo e metodologia cursadas pelos alunos, durante o semestre);
5. Produção de textos e análise de instrumentos de pesquisa de arquivos públicos e privados.

RECURSOS

Textos científicos; Data show; Quadro Branco; Audiovisuais; Blog.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação do andamento do curso e do desempenho dos alunos ocorrerá durante o desenvolvimento do curso e envolverá discussões realizadas em sala de aula, prova, trabalhos individuais e em grupo.

Estão planejadas três notas por semestre, N1, N2 e N3, respectivamente, onde a primeira nota será formada por trabalhos individuais e em grupo totalizando 10 pontos, e a segunda e a terceira nota será formada por uma avaliação escrita individual com o valor de 10 pontos cada. Sendo assim, a média parcial será a média aritmética das duas notas,

a saber:

$$\text{Média parcial} = (N1 + N2 + N3)/3$$

Caso a média parcial seja maior ou igual a 7,0 o aluno estará aprovado. Caso a média parcial seja menor que 7,0 (média parcial) o aluno terá oportunidade de fazer a prova final. Neste caso, a prova final terá pontuação de 0 a 10, e a média final será composta pela média aritmética entre a média parcial e a prova final.

$$[(\text{média parcial}) + (\text{nota da prova final})] / 2 = \text{média final}$$

BIBLIOGRAFIA

1. CONARQ. **Legislação arquivística brasileira**. Rio de Janeiro: CONARQ, 2015. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/CONARQ_legarquivos_dezembro_2014_pdf.pdf. Acesso em: 10 nov. 2015.
2. JARDIM, José Maria. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 5-16, 2006. Disponível em: http://www.aab.org.br/wp-content/uploads/2014/05/2006_05_JULHO-A-DEZEMBRO.pdf. Acesso em: 12 fev. 2015.
3. _____. **O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas**. In: MATTAR, Eliane (Org). Acesso à informação e política de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
4. MARTINS, Paula Lígia. Acesso à Informação: um direito fundamental e instrumental. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 233-244, jan/jun 2011. Disponível em: <http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/476/399>. Acesso em: 19 jan. 2015.
5. RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: um terreno de disputas pela memória e pela história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, jan/jun 2011. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/seer/index.php/info/article/viewFile/478/401>. Acesso em: 20 nov. 2013.
6. SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **O Arquivista e as políticas públicas de arquivo**. Texto apresentado originalmente no II Congresso Nacional de Arquivologia. Porto Alegre – RS, julho de 2006. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1026/1/EVENTO_ArquivistaPoliticaPublicaArquivo.pdf?origin=publication_detail. Acesso em: 19 jan. 2015.

OBSERVAÇÕES

- O aluno que obtiver mais de 25% de faltas na carga horária estará automaticamente reprovado sem direito a prova final. Fique atento ao número de faltas. Use sua porcentagem de faltas de maneira coerente.
- A bibliografia sugerida está sujeita a modificações sempre que houver necessidade.
- As atividades e material disponível para a disciplina estarão disponíveis em www.arquivisticaufes.blogspot.com.br.